

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: julho de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro

Índice

“Não temos uma política agressiva de comércio exterior”, diz Serra – Sítio Eletrônico da CNA – 01/07/2010.....	3
ONG critica acordo entre Brasil e UE para produzir etanol em Moçambique – O Globo – O País – 14/07/2010	3
OMC eleva para 10% previsão de alta do comércio global em 2010 – Folha de São Paulo – Mercado 24/07/2010.....	4
O Brasil e o Mercosul - EMÍLIO ODEBRECHT – Folha de São Paulo – Opinião – 25/07/2010.....	5
Campanha de Dilma cria G7 para centralizar decisões – Folha de São Paulo – Poder – 30/07/2010.....	6
Campanha de Dilma cria G7 para centralizar decisões – ANA FLOR -Folha de São Paulo – Poder – 30/07/2010	6
G7 é ensaio de Lula para ter protagonismo – Kennedy Alencar – Folha de São Paulo – Poder – 30/07/2010.....	7

“Não temos uma política agressiva de comércio exterior”, diz Serra – Sítio Eletrônico da CNA – 01/07/2010

A implantação de uma política de comércio exterior agressiva para defender as questões comerciais foi defendida nesta quinta-feira (01/07) pelo candidato do PSDB à Presidência da República, José Serra, que participou de encontro com lideranças do setor agropecuário na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Brasília. “Não temos esta política. A diplomacia é política. Até projeta o Brasil, mas falta agressividade para defender os produtos agropecuários brasileiros”, afirmou Serra no segundo bloco do encontro, quando respondeu a perguntas de representantes da pecuária, silvicultura e irrigação.

Como exemplo de falta de ousadia da política de comércio exterior, ele citou o fechamento de poucos acordos comerciais nos últimos anos. Também questionou países importadores por tomarem medidas de embargo à carne brasileira, sob alegações como a questão sanitária. “Exportamos carne desossada, que não tem a aftosa e muitos países deixam de importar sob o pretexto da aftosa. Onde está a agressividade da nossa política de comércio exterior”, cobrou Serra.

Ainda em relação ao comércio exterior, o candidato do PSDB falou da necessidade de um sistema de defesa agropecuária coerente e organizado para dar mais competitividade ao agronegócio brasileiro. “O sistema existente não funciona”, justificou. Outra ação defendida por ele foi uma política para a implantação de defensivos genéricos e o uso de mais produtos transgênicos.

ONG critica acordo entre Brasil e UE para produzir etanol em Moçambique – O Globo – O País – 14/07/2010

Uma organização ambientalista internacional classificou nesta quarta-feira como “imoral e perverso” o acordo anunciado por Brasil e União Europeia para colaborar em projetos de produção de biocombustíveis em Moçambique. “Usar milhares de hectares de terra agrícola para plantações de jatrofa (planta também conhecida como pinhão-mansão) e cana-de-açúcar em Moçambique, um país que sofre de fome permanente, para cultivos destinados a abastecer carros europeus é imoral e perverso”, afirmou Adrian Bebb, coordenador da ONG Friends of the Earth International (FOEI, da sigla em inglês) para temas de alimentação.

Segundo a representante da ONG no país africano, Anabela Lemos, a ampliação de plantações para a fabricação de biocombustíveis em Moçambique “está ocupando terras férteis utilizadas pelas comunidades locais para plantar alimentos, além de criar condições de trabalho precárias para os trabalhadores locais e gerar conflitos por posse de terra”.

Empresas estrangeiras de biocombustíveis já teriam solicitado o direito de utilizar cerca de 4,8 milhões de hectares de terras moçambicanas, quase 15% de toda área cultivável no país, de acordo com Lemos. “Queremos investimentos reais na agricultura que nos permitam produzir alimentos, não combustível para abastecer carros estrangeiros”, disse a ONG em um comunicado.

Benefícios

O pacto, assinado durante a cúpula bilateral que líderes brasileiros e europeus celebram nesta quarta-feira em Brasília, é considerado como o primeiro passo para uma cooperação triangular mais ampla entre o Brasil, a União Européia e países africanos, cujo foco principal deverá ser o desenvolvimento de energias renováveis na África. Nessa associação, o Brasil - maior produtor mundial de etanol - entraria com sua experiência e tecnologia.

As indústrias brasileiras que decidirem investir na África se beneficiariam de um acesso facilitado ao mercado europeu, já que Moçambique pode exportar açúcar e etanol à União Européia sem as tarifas de importação impostas ao Brasil, um privilégio concedido às ex-colônias européias.

A União Européia, por sua vez, garantiria a compra do combustível por preços competitivos para cumprir seu objetivo de que 10% de toda a energia consumida por seu setor de transportes seja de fonte renovável até 2020.

Já em relação aos países africanos, as autoridades brasileiras e européias defendem que o acordo daria a chance de conseguirem autossuficiência energética. E oportunidades de melhorar a renda dos produtores pobres. Estes argumentos, no entanto, são contestados pela FOEI, que alega que os biocombustíveis "não são a solução para os problemas de mudança climática global, nem de segurança energética ou pobreza em Moçambique".

OMC eleva para 10% previsão de alta do comércio global em 2010 – Folha de São Paulo – Mercado 24/07/2010

Cenário é mais positivo para países emergentes que para ricos

O comércio mundial crescerá 10% em 2010, recuperando parte das perdas do ano passado, quando sofreu um tombo de 12% (o maior em mais de 40 anos), disse ontem o diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), Pascal Lamy.

A entidade elevou a sua projeção de avanço em relação à anterior, feita em março, quando estimava expansão de 9,5%. E Lamy afirmou que, salvo surpresas ruins, a projeção de um crescimento de 10% "pode até ser muito conservadora".

"O crescimento do comércio registra um rápido retorno, principalmente graças ao contínuo dinamismo da China e de outros países", explicou o dirigente.

O cenário é mais positivo para as economias emergentes (grupo que inclui países como Brasil e China), para quem a OMC projeta aumento de 11% no comércio, enquanto a estimativa para os mercados ricos (Estados Unidos e Japão, por exemplo) é de avanço de 7%.

O relatório anual da OMC sobre o comércio global confirmou que o Brasil perdeu duas posições no ranking dos maiores exportadores de bens. O país foi o 24º maior exportador no ano passado, sendo ultrapassado pela Índia e pela Austrália.

Ele reafirmou ainda que a China foi o maior exportador global, superando a Alemanha, a líder em 2008.

Em seu informe, a OMC incentiva os Estados a reforçar sua cooperação na área do comércio internacional dos recursos naturais, advertindo sobre possíveis novas tensões em caso contrário.

"Acho não apenas que é possível encontrar, nas negociações, compromissos mutuamente benéficos, que abarquem o comércio dos recursos naturais, como também

que o fato de não tratar dessas questões seria uma fonte de crescente tensão nas relações."

O Brasil e o Mercosul - EMÍLIO ODEBRECHT – Folha de São Paulo – Opinião –
25/07/2010

O compromisso brasileiro com a integração regional tem sido uma prioridade de todos os governos que tivemos, desde 1985, quando Brasil e Argentina afastaram anos de desconfianças mútuas para dar início a um amplo programa de cooperação.

Ao olhar para nossa geografia, entendemos por que isso faz sentido. O Brasil tem fronteiras com nove países (além do território ultramarino francês da Guiana) e dimensões equivalentes a quase metade de todo o subcontinente.

A floresta amazônica é compartilhada com sete vizinhos. Centro da maior bacia hidrográfica do mundo, o rio Amazonas é brasileiro, mas também é peruano. A maior usina hidrelétrica do país, Itaipu, fica na fronteira com o Paraguai e sua administração é compartilhada entre os dois países. Somos brasileiros, mas nosso destino é sul-americano.

Nesse contexto e no conjunto de iniciativas no rumo dessa integração, destaca-se o Mercosul, criado em 1991. Formado inicialmente por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, o bloco deu um importante passo rumo ao norte com a aprovação, no ano passado, da entrada da Venezuela.

Hoje, o Mercosul é fundamental para a economia brasileira. Uma análise fria dos números de nosso comércio exterior comprova isso. Em 1989, o Brasil teve um déficit na sua balança comercial com a Argentina de US\$ 811 milhões.

No ano passado, 20 anos depois, o superávit brasileiro no bloco foi de US\$ 2,7 bilhões. Isso não significa que não temos ainda muita coisa a fazer e a aperfeiçoar.

Por exemplo: atualmente o Mercosul tem um PIB de aproximadamente US\$ 2 trilhões, sendo que cerca de 75% desse valor correspondem ao Brasil.

É natural que essa assimetria cause desconfortos, especialmente nas duas economias menores, Paraguai e Uruguai.

Trabalhar pela redução dessas assimetrias por meio do aproveitamento das complementaridades econômicas regionais é uma oportunidade que nosso país tem de se consolidar como ator geopolítico mundial e de obter do exercício desse papel benefícios impulsionadores do crescimento de todos.

Aos dividendos econômicos deve-se agregar a melhora no padrão de nosso relacionamento com os vizinhos, fator que contribui para a preservação da democracia na região. Por essas razões, entendo que a integração regional deve ser tratada, sempre, como uma política de Estado, suprapartidária, legitimada pela sociedade brasileira - política lastreada na ideia de o Brasil se reconhecer e agir como âncora de uma plataforma institucional voltada para a estabilidade política e para o desenvolvimento socioeconômico dos países sul-americanos.

EMÍLIO ODEBRECHT escreve aos domingos nesta coluna.

Campanha de Dilma cria G7 para centralizar decisões – Folha de São Paulo – Poder
– 30/07/2010

Núcleo que define estratégias não conta com membros de partidos aliados
Além da candidata e de Lula, cúpula inclui Dutra, Palocci, Franklin Martins, João Santana e Gilberto Carvalho ANA FLOR DE SÃO PAULO

A campanha petista ampliou há poucas semanas sua coordenação política para integrantes de partidos aliados, mas quem dá as cartas na estratégia eleitoral há pelo menos seis meses são apenas sete pessoas. Sob a liderança do presidente Lula e a chancela da candidata Dilma Rousseff, a cúpula inclui o ex-ministro Antonio Palocci, o presidente do PT, José Eduardo Dutra, o publicitário João Santana, o ministro Franklin Martins (Comunicação Social) e Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente. Foi nos jantares semanais no Palácio da Alvorada que se decidiu as alianças nos Estados -Minas, por exemplo, consumiu horas de debates. Na última reunião do grupo, dia 19 -ela não ocorreu nesta semana- ficou definido que o PT não iria entrar com representação no Conselho Nacional do Ministério Público contra a vice-procuradora-geral eleitoral Sandra Cureau. Um dia após o encontro, tanto Dilma como Dutra já apresentavam um discurso mais ameno em relação ao episódio. Cureau fez críticas à participação de Lula na campanha presidencial. Outra decisão tomada pelo núcleo é a agenda política do presidente durante a campanha, a agenda de Dilma e os compromissos em que ambos participariam juntos. As reuniões se iniciaram no final de 2009 e desde fevereiro deste ano se tornaram semanais. O encontro ocorre em geral em um jantar no Alvorada no domingo ou na segunda. Entre terça e quarta se reúne o grupo ampliado, com outros petistas e aliados. **LULA** Os jantares são de conhecimento de líderes do PT. Petistas que não fazem parte do grupo justificam dizendo que essa é a única forma de Lula se envolver na campanha. Desde o início da pré-campanha, quando Dilma começou a viajar pelo país, seus encontros com Lula, que também tem uma agenda de viagens intensa, são garantidos pelo encontro semanal. As reuniões sempre têm uma análise de conjuntura, onde se debatem pesquisas e comportamento da oposição. Segundo um líder petista, as reuniões começaram quando a aliança ainda não estava formalizada, por isso se restringiu ao PT. Outro líder afirma que, com a entrada da coordenação política, que reúne representantes dos outros nove partidos, as decisões tendem a ficar "diluídas". A principal consequência das reuniões do G7 é enfraquecer os demais grupos -além do conselho político, há a recém-criada "coordenação operativa". Aliados dizem estar insatisfeitos. Eles têm pouco acesso a Lula e Dilma não participa regularmente dos encontros.

Campanha de Dilma cria G7 para centralizar decisões – ANA FLOR -Folha de São Paulo – Poder – 30/07/2010

Núcleo que define estratégias não conta com membros de partidos aliados
Além da candidata e de Lula, cúpula inclui Dutra, Palocci, Franklin Martins, João Santana e Gilberto Carvalho

A campanha petista ampliou há poucas semanas sua coordenação política para integrantes de partidos aliados, mas quem dá as cartas na estratégia eleitoral há pelo menos seis meses são apenas sete pessoas.

Sob a liderança do presidente Lula e a chancela da candidata Dilma Rousseff, a cúpula inclui o ex-ministro Antonio Palocci, o presidente do PT, José Eduardo Dutra, o publicitário João Santana, o ministro Franklin Martins (Comunicação Social) e Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente.

Foi nos jantares semanais no Palácio da Alvorada que se decidiu as alianças nos Estados -Minas, por exemplo, consumiu horas de debates.

Na última reunião do grupo, dia 19 -ela não ocorreu nesta semana- ficou definido que o PT não iria entrar com representação no Conselho Nacional do Ministério Público contra a vice-procuradora-geral eleitoral Sandra Cureau.

Um dia após o encontro, tanto Dilma como Dutra já apresentavam um discurso mais ameno em relação ao episódio. Cureau fez críticas à participação de Lula na campanha presidencial.

Outra decisão tomada pelo núcleo é a agenda política do presidente durante a campanha, a agenda de Dilma e os compromissos em que ambos participariam juntos.

As reuniões se iniciaram no final de 2009 e desde fevereiro deste ano se tornaram semanais. O encontro ocorre em geral em um jantar no Alvorada no domingo ou na segunda. Entre terça e quarta se reúne o grupo ampliado, com outros petistas e aliados.

LULA

Os jantares são de conhecimento de líderes do PT. Petistas que não fazem parte do grupo justificam dizendo que essa é a única forma de Lula se envolver na campanha.

Desde o início da pré-campanha, quando Dilma começou a viajar pelo país, seus encontros com Lula, que também tem uma agenda de viagens intensa, são garantidos pelo encontro semanal.

As reuniões sempre têm uma análise de conjuntura, onde se debatem pesquisas e comportamento da oposição.

Segundo um líder petista, as reuniões começaram quando a aliança ainda não estava formalizada, por isso se restringiu ao PT.

Outro líder afirma que, com a entrada da coordenação política, que reúne representantes dos outros nove partidos, as decisões tendem a ficar "diluídas".

A principal consequência das reuniões do G7 é enfraquecer os demais grupos - além do conselho político, há a recém-criada "coordenação operativa". Aliados dizem estar insatisfeitos. Eles têm pouco acesso a Lula e Dilma não participa regularmente dos encontros.

G7 é ensaio de Lula para ter protagonismo – Kennedy Alencar – Folha de São Paulo
– Poder – 30/07/2010

Presidente gostaria de ter Antonio Palocci e Gilberto Carvalho num eventual governo de Dilma Rousseff

KENNEDY ALENCAR DE BRASÍLIA O G7 da campanha de Dilma Rousseff é uma evidência de como deve ser visto com cautela o discurso de Luiz Inácio Lula da Silva de que será um ex-presidente que não dará palpite no governo da eventual sucessora. Lula é o número 1 do G7. Escolheu Dilma sem discutir com o PT. Mais: dos integrantes do grupo, ele gostaria que dois fossem ministros do eventual governo Dilma. Já falou que Antonio Palocci Filho, ex-ministro da Fazenda, seria um bom chefe da Casa Civil de Dilma. E pediu ao seu chefe de gabinete, Gilberto Carvalho, que permaneça no governo caso a petista seja eleita. Carvalho não ficaria em função tão próxima cotidianamente da candidata. O chefe de gabinete seria outro. Carvalho é cotado para uma pasta na área social ou no Palácio do Planalto, como uma Secretária Geral mais poderosa do que hoje. O marqueteiro João Santana tem mais ligações profissionais e afetivas com Lula e Palocci do que com Dilma. Relaciona-se bem com a candidata, mas é homem da confiança de Lula. O presidente, aliás, atua também como dublê de marqueteiro. Ensinou a candidata a ser mais natural no contato com o povo e a discursar andando de um lado para o outro no palanque. Até foto para divulgação já aprovou. O presidente do PT, José Eduardo Dutra, é o quarto integrante do G7. Não era o preferido para presidir o partido. Conseguiu a posição porque Lula pediu a Carvalho que ficasse no governo. Mas cresceu ao longo da campanha. Sua atuação é elogiada por Lula e Dilma. Dutra tem presença constante no noticiário fazendo contraponto aos ataques tucanos à candidata. Representa ainda a ala de moderados petistas que comanda o PT. Quando aparecem propostas vistas como mais esquerdizantes, logo diz que o discurso tem de ser amplo e levar em conta as sugestões dos aliados. O ministro da Comunicação Social, Franklin Martins, chegou ao governo por sugestão de João Santana. Ganhou relevância e assumiu posição próxima à de Lula. Foi um dos maiores defensores de Dilma quando ela tinha índices de intenção irrisórios nas pesquisas. É muito ouvido pela candidata do PT, que, como ele, foi uma militante da esquerda armada que lutou contra a ditadura militar de 1964. Por último, integra o G7 a própria candidata. Leal a Lula, tem personalidade forte. Erram os que apostam que será uma marionete. Tendem a acertar aqueles que creem que Dilma poderá ser um caso raro de criatura que não se voltará contra o criador.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio

